



COMUNIDADE ANDINA



O comércio sub-regional recuperou recorde histórico em 2001

As exportações entre os cinco países andinos alcançaram, em 2001, US\$ 5,6 bilhões, o que representa um incremento de 10% em comparação com o ano anterior e um nível equivalente ao recorde histórico alcançado em 1997, de acordo com as estatísticas comerciais difundidas em 26 de janeiro pela Secretaria-Geral da Comunidade Andina (CAN).

A análise dos dados compilados pela Secretaria-Geral sugere que as perspectivas apresentadas para 2002 poderiam melhorar estes níveis de crescimento do comércio intra-comunitário se se mantiver a tendência esboçada anteriormente, se forem recuperadas as exportações tradicionais do petróleo entre os cinco países e se forem reduzidas as medidas de salvaguarda que afetam os intercâmbios intra-sub-regionais.

A informação difundida pela Secretaria da CAN destaca o contraste existente entre o crescimento do comércio intra-comunitário e a diminuição das exportações da região, que registram uma queda de 12% em 2001. Da mesma forma, ressalta que outros traços importantes dos intercâmbios entre os sócios andinos estão relacionados com sua grande diversificação (que chega a alcançar 4.760 sub-partidas da lista tarifária Nandina) e a alta porcentagem de manufaturas com maior valor agregado (91%).

Constata-se, também, que quatro países andinos -Bolívia, Colômbia, Equador e Peru- aumentaram suas exportações intra-comunitárias em 2001. A Venezuela foi a exceção ao apresentar um decréscimo de 19% de suas exportações intra-zona, atribuído em grande parte à queda de 57% nas vendas de petróleo a seus sócios da CAN.

Por sua vez, a Colômbia foi o país que registrou o maior aumento nas vendas intra-comunitárias, ao alcançar uma porcentagem próxima aos 27%, seguida do Equador (17,5%), Peru (16%) e Bolívia (15,3%).

A Colômbia encabeça, também, a lista em termos de valor, com vendas a seus sócios andinos que alcançam um montante superior a US\$ 2,7 bilhões. A Venezuela ocupa o segundo lugar, com US\$ 1,3 bilhão, seguida do Equador, com US\$ 799 milhões, do Peru, com US\$ 518 milhões e da Bolívia, com US\$ 351 milhões.

Os principais eixos bilaterais que contribuíram para a recuperação do comércio intra-comunitário foram as exportações da Colômbia para a Venezuela (US\$ 1,7 bilhão, com um aumento de 33% em relação ao ano 2000); as da Colômbia ao Equador (US\$ 691 milhões e um aumento de 50%); as do Peru ao Equador (US\$ 147 milhões e um aumento de 27%) e as do Peru para a Venezuela (US\$ 147 milhões e um aumento de 32%, em comparação com o ano anterior).

O relatório diferencia, ademais, três períodos no comportamento do comércio sub-regional andino durante a década 1991-2001. O primeiro deles caracterizou-se por uma acentuada tendência ao crescimento, ao passar de US\$ 1,8 bilhão, em 1991, a US\$ 5,6 bilhões, em 1997. Na segunda etapa, iniciada em 1998, as exportações reduziram-se ligeiramente e em 1999 registrou-se a queda mais forte destes intercâmbios.

O relatório da CAN conclui descrevendo a terceira etapa, iniciada no ano 2000 com a recuperação do comércio intra-sub-regional e apresenta a alentadora perspectiva de retomar a tendência dos primeiros sete anos da década de 1990, até igualar, em 2001, o maior registro histórico de 1997.

Avanços no programa de liberação tarifária do Peru

O programa de liberação tarifária do Peru com os demais países da Comunidade Andina (CAN) registrou importantes avanços em janeiro de 2002, de acordo com um documento elaborado pela Secretaria-Geral da CAN e difundido por este organismo em 16 de janeiro.

O documento do organismo comunitário expõe as vantagens tarifárias que o Peru tem em relação aos países da CAN e vice-versa, além de quantificar as sub-partidas que atualmente se encontram liberadas em cada um dos países membros e as que estão em processo de desgravação.

A análise contida no relatório revela também que as importações da Bolívia, Colômbia e Venezuela, procedentes do Peru, estão praticamente liberadas, ao passo que as importações provenientes do Equador estão liberadas em apenas 95,4%.

No que se refere às importações do Peru, provenientes da Colômbia, do Equador e da Venezuela, as porcentagens variam devido aos altos níveis de compras peruanas de petróleo e derivados que têm uma porcentagem de liberação de 20%.

A porcentagem de comércio liberado no universo importador do Peru alcança 94,1% no que se refere aos produtos provenientes da Bolívia; 50,7% aos da Colômbia; 19,5% aos do Equador; e 28,1% aos da Venezuela.

No entanto, ao se analisar a porcentagem de comércio liberado do Peru, excluindo-se o petróleo e os derivados, sobe a 74,9% no caso de ser proveniente da Colômbia; 80,8%, do Equador e 95,6%, da Venezuela. Com a Bolívia, já estaria 100% liberado, já que o Peru não adquire produtos dessa natureza provenientes desse país.

O Programa de Liberação entre o Peru e os demais Países da CAN foi basicamente estabelecido pelas seguintes disposições: 1. A Decisão 414 da Comissão da Comunidade Andina, sobre o Aperfeiçoamento da Integração Andina, de 1997, que aprovou o cronograma do Programa de Liberação do comércio entre o Peru e os demais Países Membros da CAN, para todos os produtos do universo tarifário; 2. Aplicação do Artigo 155 do Acordo de Cartagena, relativo à Cláusula de Nação mais Favorecida; e 3. O Convênio de Aceleração e Aprofundamento do Livre Comércio subscrito entre o Peru e o Equador e a Aceleração do Programa de Liberação, previsto na Decisão 414 entre os mencionados Países Membros, postos em vigor em outubro de 1999.

No caso do Peru, a quinta etapa de desgravação do cronograma de liberação entrou em vigor administrativamente em 7 de janeiro, mediante uma circular da respectiva aduana.

A análise realizada pela Secretaria-Geral da CAN teve como referência as estatísticas do ano 2000 do Sistema Integrado de Comércio Exterior da Comunidade Andina (SICEXT).

PORCENTAGEM DE COMÉRCIO LIBERADO NAS IMPORTAÇÕES DOS DEMAIS PAÍSES DA CAN PROVENIENTES DO PERU

Países	Liberado	Em processo
Bolívia	100,0	-
Colômbia	99,6	0,4
Equador	95,4	4,6
Venezuela	100,0	-

PORCENTAGEM DE COMÉRCIO LIBERADO NAS IMPORTAÇÕES DE PERU PROVENIENTES DOS DEMAIS PAÍSES MEMBROS

	Bolívia	Colômbia	Equador	Venezuela
Liberado	94,1	50,7	19,5	28,1
Em processo	5,9	49,3	80,5	71,9

PORCENTAGEM DE COMÉRCIO LIBERADO NAS IMPORTAÇÕES DE PERU PROVENIENTES DA COLÔMBIA, EQUADOR E VENEZUELA, EXCLUINDO PETRÓLEO E DERIVADOS

	Colômbia	Equador	Venezuela
Liberado	74,9	80,8	95,6
Em processo	25,1	19,2	4,4

Fonte: Secretaria-Geral da CAN.

Reunião de Cúpula Presidencial de Santa Cruz de la Sierra

Os Presidentes da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela celebraram, no dia 30 de janeiro de 2002, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, uma Reunião Extraordinária do Conselho Presidencial Andino, na qual reafirmaram o compromisso de estabelecer um Mercado Comum e decidiram consolidar e aperfeiçoar a Zona de livre Comércio (ZLC), no mais tardar em 1 de junho de 2002.

A Declaração emitida no fim do encontro expressa a decisão destes países de não incluir novas restrições ao livre comércio e desenvolver programas de complementação agrícola, agroindustrial e industrial. Da mesma forma, manifestou a resolução de revisar, num prazo não superior a 60 dias, o regime de origem comunitário e/ou estabelecer mecanismos compensatórios ou requisitos específicos de origem -segundo o caso- como condição para eliminar contingentes e qualquer restrição quantitativa atualmente vigente na sub-região. No mesmo prazo harmonizar-se-ão os requisitos sanitários e fitossanitários da CAN.

Neste contexto, apresentou-se uma importante decisão do Peru, que tende a adiantar os prazos para a desgravação da rubrica petróleo e combustíveis em 31 de dezembro de 2003, enquanto os produtos agrícolas serão liberalizados no âmbito da sub-região no dia 31 de dezembro de 2005.

Com relação à União Aduaneira, a Declaração de Santa Cruz expressou a decisão dos países da Comunidade de estabelecer uma tarifa externa comum antes de 31 de dezembro de 2003. A estrutura da Tarifa Externa Comum (TEC) terá quatro níveis percentuais: 0, 5, 10 e 20. Ademais, o documento destaca que cada país da Comunidade, em conformidade com suas possibilidades fiscais, aplicará o nível zero para bens de capital não produzidos na sub-região e que o Equador foi autorizado a realizar uma redução gradual nas tarifas de matérias primas e insumos não produzidos nesse âmbito, que permita manter níveis de competitividade no marco de sua política cambial. Qualquer distorção derivada desta autorização será corrigida mediante requisitos de origem ou direitos compensatórios que evitem uma concorrência desigual contra os demais sócios andinos e não anulará a aplicação do mecanismo de estabilização de preços de produtos agropecuários.

Da mesma forma, decidiu-se harmonizar os regimes especiais para o comércio intra-sub-regional e estabelecer mecanismos de defesa comercial comuns para preservar a TEC e enfrentar o efeito da aplicação destes regimes por parte de terceiros países.

O Conselho Presidencial resolveu também a adoção de uma política agrícola comum para a CAN e o estabelecimento de mecanismos de estabilização de preços para produtos agropecuários por parte de todos os países, capazes de reduzir a cobertura de produtos e garantir a transparência do processo.

O objetivo de se perseguir a meta do Mercado Comum reafirmou-se com o acordo presidencial de levar adiante a harmonização de políticas macroeconômicas e cumprir, no prazo de dois anos, com uma série de critérios de convergência que se transformarão numa parte substancial do processo de conformação deste modelo de integração.

No terreno da política externa comum, o Conselho Andino expressou a crescente importância estratégica do tema energético no Hemisfério e o interesse existente para fortalecer a integração sub-regional andina, latino-americana e hemisférica. Nesse sentido, resolveram solicitar à Corporação Andina de Fomento, à Organização Latino-Americana de Energia, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a preparação de um exame integrado do potencial energético da sub-região como fator estratégico para a segurança energética regional e hemisférica. A solicitação inclui o pedido de que o primeiro relatório seja apresentado por ocasião da segunda Reunião Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, a realizar-se em Guayaquil, Equador, no dia 26 de julho de 2002.

Por último, os Presidentes decidiram celebrar a próxima reunião de cúpula na cidade de Caracas, no dia 4 de maio de 2002, com o objetivo de examinar os temas da integração política andina e as pautas de seu tratamento.



Relatório sobre o estado da União Aduaneira

A Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA) apresentou um Relatório das Atividades e Avanços do Processo de União Aduaneira entre a Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua, no mês de janeiro de 2002.

O trabalho indica que, em matéria tarifária, conseguiu-se harmonizar aproximadamente 80% das rubricas contidas no universo tarifário de El Salvador e Guatemala e 23% do existente entre El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Essas tarifas ficaram consolidadas a partir de 31 de dezembro de 1999 para a Guatemala e El Salvador e, a partir de 20 de outubro de 2000, para os quatro países mencionados. Por esta razão, as tarifas vigentes a partir desse momento não podem ser modificadas unilateralmente e as rubricas que forem harmonizadas no futuro irão consolidando-se com esta modalidade.

Em matéria de Comércio de Serviços e Investimentos, o documento mostra a finalização da revisão legal do Tratado sobre Investimento e Comércio de Serviços entre El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, concebido no marco do processo de União Aduaneira. Este tratado tem como objetivo estabelecer um ordenamento jurídico com regras claras, transparentes e de benefício mútuo para a promoção e proteção dos investimentos, bem como do comércio de serviços, fomentando a participação dinâmica dos distintos agentes econômicos, particularmente do setor empresarial.

Em matéria de política comercial externa comum, destaca-se a coordenação prévia das posições destes países centro-americanos nas negociações comerciais internacionais que estão sendo realizadas, bem como a necessidade de estabelecer um mecanismo que possibilite adotar posições uniformes nas negociações comerciais ante terceiros países.

Finalmente, menciona-se que El Salvador e a Guatemala já ratificaram o Acordo Base para a União Aduaneira, subscrito em 13 de janeiro de 1999, enquanto Honduras e Nicarágua continuam o processo de análise do tema.

Os detalhes do estado de situação da União Aduaneira podem ser encontrados no site da SIECA na Internet:

<http://www.sieca.org.gt>

Estatísticas Centro-Americanas

A Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA) publicou pelo décimo ano consecutivo o *Boletín Estadístico 10.1*, com informações econômicas e comerciais dos países da sub-região no ano 2000 e informações preliminares para o ano 2001.

O objetivo do boletim apresentado neste mês de janeiro é sintetizar, mediante um conjunto de quadros estatísticos, a informação de cada país centro-americano relativa a suas principais variáveis econômicas e comerciais observadas durante o ano de 2001, bem como a evolução das mesmas no período 1996-2000.

Estes dados estatísticos oferecidos pela publicação podem ser particularmente apropriados para avaliar comparativamente o desenvolvimento econômico e comercial dos países da sub-região centro-americana.

A informação estatística sobre a qual se baseia o trabalho foi compilada pela SIECA a partir dos dados fornecidos por fontes de cada um dos países membros do Mercado Comum Centro-Americano (Bancos Centrais, Direções de Estatística e Censos, Ministérios de Economia e Comércio, Ministérios de Finanças Públicas ou Fazenda). Com essa finalidade, solicitou-se às instituições mencionadas a informação revista do período que cobre este boletim (1996-2000), bem como as cifras preliminares para o ano de 2001.

O *Boletín Estadístico 10.1* inclui em seus conteúdos dados relacionados com a evolução da balança do comércio intra-regional (1998-2001); a evolução do comércio intra-regional (1998-2001), a evolução do Produto Interno Bruto (1996-2001) e sua taxa de crescimento a preços constantes.

A SIECA também tem, disponível pela Internet, estatísticas mensais do comércio centro-americano que podem ser obtidas -como as anteriormente mencionadas- no site da Secretaria:

<http://www.sieca.org.gt>

AMERICA CENTRAL EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTRAÇREGIONAL 2000-2001

(Em US\$ milhares)

Mês	Exportações (FOB)		Importações (CIF)	
	2000	2001	2000	2001
Janeiro	189.602	196.867	179.925	206.076
Fevereiro	204.754	211.768	232.390	218.327
Março	229.413	250.131	248.918	268.761
Abril	194.864	204.241	217.080	192.802
Mai	230.994	240.459	247.838	246.467
Junho	208.862	227.082	232.382	231.115
Julho	214.431	225.350	224.285	242.768
Agosto	200.915	239.321	226.112	245.815
Setembro	205.292	247.258	233.288	242.596
Outubro	227.490	268.409	266.163	272.916
Novembro	227.017	282.663	253.680	267.133
Dezembro	211.875	260.407	246.566	252.157
Total	2.545.509	2.853.957	2.808.627	2.886.932

Nota: Cifras preliminares, NÃO incluem maquila.

A SIECA elaborou estimativas nas exportações de: Guatemala e El Salvador para o mês de dezembro; Honduras, de julho a dezembro; Nicarágua, de setembro a dezembro; e Costa Rica, de outubro a dezembro; no caso das importações de: Guatemala, El Salvador e Costa Rica, para dezembro; Honduras, para julho a dezembro; e Nicarágua, para setembro a dezembro.

Fonte: Direção Geral de Tecnologias de Informação, SIECA, com base em informação proporcionada por cada um dos países: Guatemala: Banco de Guatemala, El Salvador: Banco Central de Reserva, Honduras: INE; Nicarágua: MIFIC, Costa Rica: Banco Central e Procomer.

MERCADO COMUM DO SUL



Efeitos da desvalorização argentina

A modificação do regime cambial argentino e a desvalorização do peso gerou diversas reações e prognósticos acerca das perspectivas futuras das economias e as relações internacionais no interior da sub-região.

A desvalorização da moeda argentina levou o dólar a duplicar o valor que tinha na época da Conversibilidade. No entanto, isto não produziu, até o momento, alterações significativas no andamento do bloco, que permitissem prever um efeito contágio, além das naturais repercussões que uma medida deste tipo tem sobre as paridades monetárias e os preços relativos.

A economia brasileira não viu alteradas de maneira representativa suas principais variáveis econômicas em razão dos efeitos de modificação do regime cambial ocorridos este mês na Argentina. A Bolsa de Valores de São Paulo não evidenciou maiores sobressaltos, embora as exportações do Brasil devam aumentar o preço proporcionalmente à desvalorização do peso e isso afetará muitas empresas que cotizam nessa praça financeira.

Neste sentido, o economista chefe da ABN AMRO *Asset Management* de São Paulo avaliou que tampouco haverá saltos significativos no futuro previsível, já que os mercados locais assimilaram, já há algum tempo, os problemas da economia argentina. O real brasileiro, que flutua livremente, perdeu temporariamente 30% de seu valor no ano passado, mas nos

últimos dois meses sua cotação melhorou 11,5% em relação ao dólar, o que se atribui ao incremento da solidez macroeconômica do Brasil. (Buenos Aires, *La Nación*, 07/01/02)

As exportações brasileiras poderiam sentir um impacto comparativamente maior devido ao câmbio dos preços relativos. Claro que isto seria estipulado pela significação do mercado argentino no universo exportador do Brasil, que se situa numa cifra próxima dos 8% do total das exportações desse país. Economistas brasileiros realizaram estimativas iniciais dos efeitos da desvalorização, calculando que a redução dos montantes das exportações do Brasil para a Argentina poderia oscilar entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão. Este impacto poderia ser de certa forma amortecido por um aumento do superávit comercial com o resto do mundo, o que Constantín Janesó, da MCM Consultores, crê que é possível duplicar ao longo de 2002, em relação ao período anterior. (Buenos Aires, *La Nación*, 07/01/02)

O Uruguai, por sua vez, sentiu um impacto relativamente maior que repercutiu, entre outras coisas, na duplicação do ritmo de desvalorização previsto para o ano de 2002. Também a Bolívia teria previsto desvalorizar sua moeda nacional em aproximadamente 7%, enquanto o governo do Paraguai estuda medidas para enfrentar a nova situação. (Buenos Aires, *La Nación*, 07/01/02)

Por sua vez, calcula-se que a desvalorização do peso argentino não provocará grandes mudanças no Chile, no curto prazo. Segundo a análise efetuada por María Inés Ibañez, da Santiago Corretores de Bolsa, a evolução do peso chileno indicaria que, em princípio, os problemas da Argentina já foram absorvidos pelo mercado. A moeda chilena começou 2001 cotizando \$ 574 por dólar e chegou a \$ 730.

Em seguida a moeda chilena começou a aumentar e terminou o ano cotizando \$ 661 por dólar. A analista considera, entretanto, que a crise pode significar menores investimentos no Chile no médio prazo. A desvalorização argentina implica uma diminuição do valor de suas empresas em dólares, razão pela qual os fundos comuns chilenos e os de pensão poderiam começar a realizar maiores investimentos na Argentina. Em contrapartida, esse dinheiro deixaria de ser investido no Chile, provocando um menor fluxo na Bolsa de Valores desse país. (Buenos Aires, *El Cronista*, 07/01/02)

Na área comercial, prevê-se um impacto relativamente maior. A Câmara Nacional de Comércio do Chile (CNC) elaborou uma projeção do comportamento das exportações desse país para a Argentina, estimando que poderiam cair até 50% em 2002, esclarecendo que de todas as maneiras este efeito estará limitado, já que o intercâmbio comercial alcança apenas 4% do total do intercâmbio chileno com o mundo. A CNC considera que o valor previsto para as exportações chilenas para a Argentina no ano de 2001 (calculado em US\$ 620 milhões) poderia descender a uma cifra aproximada aos US\$ 370 milhões. No melhor dos casos, prevê-se que este montante alcance US\$ 500 milhões em todo o ano de 2002. (Buenos Aires, *Comercio Exterior*, 08/01/02)

Os efeitos cambiais e comerciais da desvalorização argentina tiveram uma repercussão que pôs em evidência a abertura de novas oportunidades no interior do bloco regional. Os governos da Argentina e do Brasil pactuaram, em 9 de janeiro, começar a trabalhar no que poderia ser a convergência monetária entre o peso e o real, uma porta que se abriu após a mudança do regime monetário que permite a flutuação do peso em relação ao dólar de maneira similar à da moeda brasileira. Estes acordos foram alcançados a nível político bilateral pelo Chanceler argentino, Carlos Ruckauf e o Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso e, a nível técnico, pelo Secretário de Relações Econômicas Internacionais da Argentina, Martín Redrado e o Presidente do Banco Central do Brasil, Armínio Fraga. (Buenos Aires, *El Cronista*, 10/01/02)

Após a reunião de Chanceleres do MERCOSUL ampliado, celebrada em Buenos Aires, durante o corrente mês, o Chanceler argentino anunciou em entrevista coletiva que o bloco sub-regional começará a analisar aspectos relacionados com a criação de uma moeda comum. No encontro que reuniu mais de cinquenta correspondentes estrangeiros no Palácio San Martín, o Ministro assegurou que a Argentina dará prioridade ao MERCOSUL em suas relações econômicas internacionais. Nesse contexto, iniciar-se-ia o longo e difícil caminho para a coordenação, convergência e unidade monetária.

Chile baixa suas tarifas a 7%

As tarifas chilenas baixaram outro ponto percentual para situar-se numa média de 7%, como parte de um processo de reduções graduais iniciado em 1999 e que prevê situar a taxa aduaneira em 6% no ano de 2003.

As tarifas aduaneiras relativamente baixas que vigoraram no Chile durante os últimos anos dificultaram o trânsito de sua condição de país Associado do MERCOSUL para a de Membro pleno, que implicaria formar parte da União Aduaneira do bloco.

A participação na União Aduaneira significaria, por sua vez, a convergência de níveis entre a Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco -situada em 14%- e a tarifa externa chilena. A nova redução produz, então, um aumento da brecha entre ambos os níveis que, de algum modo, tornam mais difícil eventuais negociações de uma TEC ampliada.

A diminuição tarifária que entrou em vigor recentemente foi aprovada pelo Parlamento chileno em 1998 e começou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1999, ao aplicar-se o recorte de um ponto percentual a uma taxa geral de 11%. A partir desse momento, a taxa remanescente de 10% sofreu uma série de recortes anuais que prevêm situá-la, no próximo ano, num nível de 6%.

A informação difundida pela imprensa chilena enquadra esse recorte nos níveis tarifários dentro da estratégia de crescimento adotada pelo governo do Chile, que busca diminuir as travas ao intercâmbio comercial mediante a máxima abertura possível de sua economia. (Buenos Aires, *Comércio Exterior*, 08/01/02)

Curso sobre as economias pequenas ante a ALCA e a OMC

A Associação de Pesquisas e Estudos Sociais (ASIES) e o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (*International Development Research Centre - IDRC*) anunciaram a realização de seu Segundo Curso Intensivo sobre "A ALCA e a OMC: Implicações e desafios para as economias pequenas do Hemisfério". Este evento acadêmico realizar-se-á em Panajachel, Guatemala, de 18 a 23 de fevereiro de 2002.

O programa do Curso concentra-se no estudo da situação atual das negociações tendentes à conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o lançamento da nova rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesta seção do curso, serão examinados especificamente (a) a tese do regionalismo aberto; (b) as tendências na integração regional do hemisfério; (c) as implicações da ALCA para a integração regional centro-americana; (d) a história e a situação atual nas negociações da ALCA; (e) os principais temas de negociação na ALCA; (f) os benefícios estimados da subscrição da ALCA; e (g) as estatísticas comerciais e instrumentos analíticos para analisar o comércio internacional da região.

Quanto ao sistema multilateral de comércio, prevê-se a realização de um exame dos efeitos da Rodada Uruguai sobre os países pequenos, bem como uma avaliação da Declaração de Doha, das perspectivas em relação à próxima rodada da OMC e dos benefícios estimados da subscrição de um novo acordo multilateral.

O capítulo dedicado especificamente aos temas de interesse para as economias pequenas incluirá a análise da situação do comércio agrícola no contexto hemisférico e multilateral, bem como as negociações que nesta matéria têm como protagonistas distintos esquemas de integração sub-regional e hemisférica nas Américas.

O tema relacionado ao comércio de serviços e investimentos será objeto de estudo específico ao longo deste segundo curso e, naturalmente, será analisado sob o aspecto dos interesses dos países pequenos nas negociações multilaterais e hemisféricas.

Finalmente, será realizado um exame da capacidade negociadora dos países pequenos do Hemisfério e serão estudadas maneiras para melhorá-la.

O programa do Curso, bem como os detalhes de sua logística podem ser encontrados na página da ASIES na Internet:

<http://www.asies.org.gt/ca/2curso.asp>



Nova contribuição à integração da infra-estrutura sul-americana

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou, em 17 de janeiro, a aprovação de uma doação de US\$ 750 mil, destinada a apoiar a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA), programa cuja Secretaria Permanente encontra-se na sede do INTAL e tem a finalidade de promover o desenvolvimento da infra-estrutura física regional e de seus quadros regulatórios.

O anúncio do BID realizou-se logo após a II Reunião Ministerial do Comitê de Direção Executiva (CDE) da IIRSA, realizada nos dias 9 e 10 de dezembro, em Buenos Aires, Argentina. A abertura deste evento ficou a cargo do Presidente do CDE, Carlos Bastos; do Presidente do BID, Enrique Iglesias; do Presidente da Corporação Andina de Fomento (CAF), Enrique García; e do Diretor Executivo Titular do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) pela Argentina, Roberto Mori.

Durante o encontro de Buenos Aires, os governos e instituições participantes da IIRSA coincidiram uma vez mais quanto ao fato de que a integração da infra-estrutura regional constitui um tema chave para a obtenção de maiores níveis de desenvolvimento e a intensificação do crescimento da região. Neste sentido, afirmou-se que o continente necessita encontrar rapidamente fórmulas que lhe permitam funcionar como um espaço integrado, razão pela qual se torna indispensável dispor de uma infra-estrutura física que vincule os países da região, unindo suas vias de comunicação (rodovias e ferrovias), seu transporte fluvial, a integração das telecomunicações e as diferentes formas de energia.

O desafio da América do Sul consiste, desse ponto de vista, em realizar esforços simultâneos em várias frentes, com o objetivo de desenvolver uma plataforma básica de infra-estrutura que permita à região incrementar a produtividade dos agentes econômicos, melhorar sua competitividade tanto no mercado interno quanto no externo, e melhorar a qualidade de vida da população. Algumas das tarefas que foram identificadas como necessárias para alcançar esta meta são:

- Construir uma rede de infra-estrutura continental capaz de fornecer serviços eficientes, seguros e a custos competitivos nos setores de energia, telecomunicações e transporte, que atenda tanto às demandas efetivas quanto às potenciais;
- Acompanhar o fornecimento de serviços com um processo logístico que permita melhorar sua produtividade e distribuição, bem como outras políticas setoriais e integrais que apontem a capitalizar a sinergia a ser gerada entre eles;
- Compatibilizar e harmonizar os distintos quadros regulatórios e institucionais que regulam o intercâmbio de bens e serviços nas fronteiras;
- Desenhar mecanismos inovadores de investimento para a melhoria da infra-estrutura existente e novos projetos;
- Comprometer a vontade política dos líderes e instituições regionais, bem como envolver o setor privado e as comunidades locais, a fim de concretizar os projetos identificados num contexto de participação e consenso; e
- Estudar o impacto das obras de infra-estrutura nas distintas dimensões sociais (ambiental, sanitária, educativa e cultural), com o objetivo de garantir sua sustentabilidade.

Estudos realizados no contexto da IIRSA confirmam que durante a última década foram registradas transformações em matéria de infra-estrutura no âmbito regional. Estas transformações produziram-se num contexto de forte crescimento do intercâmbio comercial e o conseqüente aumento dos fluxos de bens, pessoas e serviços na

região. A infra-estrutura que esta demanda crescente deve suportar apresenta limitações de capacidade e qualidade que conduzem a custos elevados em muitos casos.

A experiência indica, também, que as normas que regulam o uso da infra-estrutura regional freqüentemente conspiram para reduzir a eficiência das operações e desestimular o investimento.

As tendências para o futuro, projetadas para o todo o continente latino-americano, adquirem maior importância na América do Sul. Prevê-se que as limitações apresentadas atualmente pela infra-estrutura regional irão agravar-se, afetando especialmente o intercâmbio de bens. No mesmo sentido, o aumento das cargas de maior valor agregado e as mudanças nas decisões de localização e logística das grandes empresas da região também apresentarão um obstáculo para a região sul-americana, se não se evidenciar uma melhoria nos serviços de infra-estrutura.

Neste contexto, houve consenso quanto ao fato de que a América do Sul deve encontrar respostas eficazes para gerir e ampliar a infra-estrutura, evitando que as limitações da infra-estrutura física se convertam em barreiras ao desenvolvimento, à integração e a uma participação mais efetiva no processo de globalização.

A IIRSA é uma experiência nova que busca concretizar estes objetivos e alcançar uma aproximação física maior entre os países que a compõem, a fim de facilitar o crescimento do comércio e investimentos, bem como induzir à cooperação em outras áreas e potencializar o desenvolvimento do continente. Seu Plano de Ação destina-se a ampliar, desenvolver e modernizar a infra-estrutura física da América do Sul num horizonte de 10 anos nos setores de energia, telecomunicações e transporte, bem como a aumentar a produtividade regional e a competitividade internacional da região. Alcançar esses objetivos implica não só melhorar a infra-estrutura, mas conceber um processo logístico integral que inclua a melhoria dos sistemas aduaneiros, de telecomunicações, de tecnologia da informação, de serviços de logística, e o desenvolvimento sustentável a nível local.

A Iniciativa propõe um novo paradigma no desenvolvimento da infra-estrutura física regional através do enfoque de eixos de integração e desenvolvimento, já que a adoção de eixos com características de "cinturões de desenvolvimento" promove a criação de "faixas de intensificação econômica" ao longo dos mesmos, originadas a partir de uma infra-estrutura eficiente, social e ambientalmente sadia. Neste sentido, é importante destacar que a Iniciativa considera que a necessidade de desenvolver a infra-estrutura da América do Sul transcende o comercial, ao incluir a implantação e a melhoria de uma gama de serviços públicos, tais como os sistemas de educação, ciência e tecnologia, além da conservação do meio ambiente e o respeito pelas comunidades locais.

Os Processos Setoriais de Integração abarcados pela IIRSA correlacionam-se com problemas que impedem a fluidez dos processos de integração regional e a conseqüente utilização da infra-estrutura física. Estes Processos Setoriais identificados têm a característica de ser horizontais e, portanto, cada um deles incide sobre o conjunto dos Eixos de Integração e Desenvolvimento.

O enfoque de Eixos de Integração e Desenvolvimento é funcional ao Desenvolvimento integral e sustentável que se busca potencializar no território atravessado pelo eixo. O Plano de Ação da IIRSA estabelece doze Eixos de Integração e Desenvolvimento ao longo de toda a América do Sul, acompanhados por seis Processos Setoriais de Integração.

A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul foi aprovada pelos presidentes de doze países sul-americanos numa reunião de cúpula, em Brasília, Brasil, em setembro de 2000.

Em dezembro do mesmo ano, os Ministros de Transporte, Obras Públicas, Energia, Telecomunicações e Planejamento aprovaram o Plano de Ação em reunião realizada em Montevidéu, Uruguai. A página da IIRSA na Internet foi estabelecida no ano seguinte e nela encontram-se mais informações sobre esta iniciativa sul-americana:

<http://www.iirsa.org>

A já mencionada doação do BID é mais uma contribuição a uma linha de trabalho histórica nesta instituição. A integração regional foi a meta do BID desde sua criação, o que fica evidenciado com a aprovação de mais de US\$ 4 bilhões para 25 projetos de integração de infra-estrutura durante a década passada.

A nova doação do BID fornecerá apoio logístico à Secretaria da IIRSA e ajudará a financiar a organização de reuniões e seminários, estudos técnicos e uma avaliação. Os recursos ajudarão também os grupos técnicos executivos, compostos por funcionários e especialistas designados por seus respectivos governos, para coordenar projetos no contexto desta iniciativa.

O financiamento do BID será administrado pelo Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (INTAL), junto com a Divisão de Integração, Comércio e Assuntos Hemisféricos e os Departamentos Regionais de Operações 1 e 3 do Banco. A Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) concederão, ademais, apoio financeiro.

EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. Eixo MERCOSUL-Chile (São Paulo-Montevideú-Buenos Aires-Valparaíso).
2. Eixo Andino (Caracas-Bogotá-Quito-Lima-La Paz).
3. Eixo Interoceânico Brasil-Bolívia-Paraguai-Chile-Peru (São Paulo-Campo Grande-Santa Cruz-La Paz-Ilo-Matarani-Arica-Iquique).
4. Eixo Venezuela-Brasil-Guyana-Suriname.
5. Eixo Multimodal Orinoco-Amazonas-Prata.
6. Eixo Multimodal do Amazonas (Brasil-Colômbia-Ecuador-Peru)
7. Eixo Marítimo do Atlântico.
8. Eixo Marítimo do Pacífico.
9. Eixo Neuquén-Concepción.
10. Eixo Porto Alegre-Jujuy-Antofagasta.
11. Eixo Bolívia-Paraguai-Brasil.
12. Eixo Peru-Brasil (Acre-Rondônia).

PROCESSOS SETORIAIS DE INTEGRAÇÃO

1. Sistemas Operativos de Transporte Multimodal.
2. Sistemas Operativos de Transporte Aéreo.
3. Facilitação de Passagens de Fronteira.
4. Harmonização de Políticas Regulatórias, de Interconexão, de Espectro, de Padrões Técnicos e de Universalização de Internet.
5. Instrumentos para o Financiamento de Projetos de Integração Física Regional.
6. Marcos Normativos de Mercados Energéticos Regionais.



**DANIEL CHUDNOVSKY E
JOSÉ M. FANELLI (COORD.)**

EL DESAFÍO DE INTEGRARSE PARA CRECER.

BALANCE Y PERSPECTIVAS DEL

MERCOSUR EN SU PRIMERA DÉCADA

Buenos Aires, Argentina: Red de Investigaciones Económicas del MERCOSUR; BID; Siglo XXI de Argentina Editores, 2001. 398 págs.

O livro reúne contribuições de destacados analistas e pesquisadores econômicos numa obra coletiva produzida pela Rede de Pesquisas Econômicas do MERCOSUL e apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio de seu Departamento de Integração e Programas Regionais.

A compilação apresenta-se em três seções. A primeira delas oferece uma análise dos desafios que implica o aprofundamento da integração sub-regional, entre os quais se destacam os avanços na coordenação macroeconômi-

ca, os ajustes realizados na tarifa externa comum, a liberalização do comércio de bens e serviços, a regulação da concorrência e a proteção ao consumidor.

A segunda seção avalia as necessidades institucionais que o bloco tem em seu trânsito para a consolidação do processo de integração e na administração de suas relações internacionais, a partir do incremento da capacidade de negociação que supõe a manutenção de uma posição comum ante a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a nova rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por sua vez, a última parte examina a questão da competitividade e do crescimento do bloco sub-regional. Conseqüentemente, estuda os distintos fatores que condicionam a competitividade dos países do bloco, tais como a modernização da estrutura produtiva de bens e serviços, o desenvolvimento científico e tecnológico, a integração energética, as políticas de promoção do investimento estrangeiro e o efeito da geografia econômica. A análise realizada nesta seção inclui uma avaliação do impacto do processo de integração sobre as economias pequenas com vistas a um crescimento econômico que tenda à homogeneidade.

O balanço do MERCOSUL realizado na obra sugere que, a pesar de seus êxitos, o acordo encontra-se numa difícil encruzilhada. As alternativas ao dilema que deve resolver seriam bastante claras, a juízo de alguns autores.

Por um lado, a volta atrás não parece uma opção vantajosa dado que, além do MERCOSUL, nenhum dos sócios demonstrou possuir um projeto estratégico para integrar-se na economia global. Além disso, considera-se que um retrocesso representaria um custo muito alto em termos de prestígio internacional.

Considera-se, também, que os desequilíbrios macroeconômicos registrados, bem como a resistência de certos setores em arcar com os custos da transição têm capacidade suficiente para descontrolar o andamento do processo de integração.

Um caminho possível para sair da encruzilhada seria, na perspectiva dos coordenadores da obra, reafirmar a identidade do bloco sobre a base dos objetivos estratégicos da integração competitiva na economia global e no crescimento. Destacam, no entanto, que é muito difícil que os países membros estejam em condições de manter o *status quo* se não avançam na solução de alguns desafios chaves e que o MERCOSUL não pode ser um instrumento eficiente para criar comércio nas atuais circunstâncias.

Neste sentido, assinala-se que seria muito proveitoso, na atual conjuntura, a adoção de uma estratégia mais "construtivista" na área internacional, que aponte à superação dos tradicionais mecanismos de solução dos problemas, com base na diplomacia presidencial, e reafirme o MERCOSUL da produtividade. Assim, o MERCOSUL seria distinguido como um produto claramente diferenciado de uma mera zona de livre comércio que, longe de ser um substituto de acordos mais amplos, como a ALCA, representaria um complemento necessário para sua concretização.



PEDRO CALDENTY DEL POZO

*EL DESARROLLO ECONÓMICO DE CENTROAMÉRICA
EN EL MARCO DE LA INTEGRACIÓN REGIONAL*

Tegucigalpa, Honduras: Banco Centroamericano de Integración Económica, 2000. 528 págs.

A publicação do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) origina-se numa tese de doutorado que aborda a questão do desenvolvimento dos países centro-americanos no contexto da criação e desenvolvimento do Mercado Comum Centro-Americano, a partir de 1960.

A partir do segundo capítulo, a obra concentra-se no estudo das estratégias de desenvolvimento e integração nos países em desenvolvimento, abordando especificamente o caos da América Latina e estabelecendo os conceitos teóricos básicos nos quais se apóiam a análise e as propostas apresentadas nos capítulos subsequentes. O exame da teoria da integração econômica, no âmbito da teoria do comércio internacional, realizado pelo autor, precede o efetuado posteriormente, acerca da crise econômica generalizada, ocorrida na região nos anos oitenta, com base nas propostas de política desenhadas especificamente para a América Central. Deste modo, Caldentey concentra seu trabalho numa estratégia de origem centro-americana, considerada de especial interesse tanto pelo valor de suas propostas quanto por seu caráter global: a estratégia alternativa de desenvolvimento para a península centro-americana do Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (CADESCA).

O terceiro capítulo da publicação esboça os traços estruturais e os problemas conjunturais das economias centro-americanas através de uma trajetória histórica pelas sociedades e economias da sub-região. O objetivo do autor é determinar quais são os principais problemas que afetam esses países, para depois poder expressar a motivação e os propósitos de uma integração que terá sentido na medida em que contribuir para resolvê-los.

Por sua vez, o quarto capítulo da pesquisa expõe os antecedentes da integração centro-americana dos anos noventa. Caldentey considera aqui que o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) propiciou o período de maior auge econômico da América Central no Século XX e foi uma das principais experiências de integração regional tanto entre países em desenvolvimento quanto entre países desenvolvidos. Afirma, no entanto, que os problemas por que passam os países da região e as próprias deficiências do modelo de integração conduziram a sua progressiva deterioração ao longo da década de setenta.

Durante os anos da crise, o esquema conseguiu sobreviver porque os alicerces construídos nos anos sessenta permitiram sua posterior reativação. Afirma-se, contudo, que a valorização dos efeitos do MCCA, de 1960 até a década de 1980, é ainda um assunto polêmico na região.

Na opinião do autor, o relançamento do processo de integração centro-americano nos anos noventa, tratado no quinto capítulo, constitui um núcleo fundamental da tese. Lá argumenta-se que a etapa atual de reestruturação deu lugar a um novo esquema de integração, de acordo com um entorno diferente e que parece estar recebendo as adesões de alguns dos agentes econômicos mais reacionários nos períodos precedentes.

Isto coincide, ademais, com o fato de que a reestruturação do processo realizou-se a partir de pressupostos teóricos e estratégias de desenvolvimento muito diferentes às do MCCA dos anos sessenta. A isto se acrescenta que a inserção competitiva na economia internacional constituiu-se uma prioridade do modelo de desenvolvimento e que a integração dos anos noventa nasceu com a vontade de evitar alguns dos erros fundamentais do passado.

O extenso trabalho finaliza com uma recapitulação das descobertas realizadas nos capítulos anteriores e com a apresentação de propostas de pesquisa que foram sugeridas nos diversos âmbitos da nova integração centro-americana.

ÍNDICE

JCM

◆ COMUNIDADE ANDINA **1**

O comércio sub-regional recuperou recorde histórico em 2001
Avanços no programa de liberação tarifária do Peru
Reunião de Cúpula Presidencial de Santa Cruz de la Sierra

◆ MCCA **4**

Relatório sobre o estado da União Aduaneira
Estatísticas Centro-Americanas

◆ MERCOSUL **5**

Efeitos da desvalorização argentina
Chile baixa suas tarifas a 7%

◇ *Curso sobre as economias pequenas*
ante a ALCA e a OMC **7**

◆ ATIVIDADES DO BID-INTAL **8**

Nova contribuição à integração da infra-estrutura sul-americana

◆ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **11**

Nº 66

Janeiro 2002

Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf
para ser consultada de maneira gratuita na
página Internet do BID-INTAL.
Esmeralda 130, andáres 16 e 17
C1035ABD Buenos Aires, Argentina
tel. 54 11 4 320-1871 fax 54 11 4 320-1872
e-mail: intl@iadb.org
<http://www.iadb.org/intal>

Conselho Diretor

Robert Devlin
Nobra Rey de Marulanda
Juan José Taccone

Coordenação

Uziel Nogueira
Assesoria técnica:
Alberto Cimadamore
Assistência compilação:
Gloria Priore

Edição

Susana Filippa
Mariela Marchisio

R.P.I.: 140804
ISSN: 1028-0464

Fontes de informação: Comunicados de Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo de Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SIECA. Gazeta Mercantil; Inter-Press Service. Arquivos de Imprensa do INTAL.